

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 21/10/2010

Aos vinte e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez, às quatorze horas e vinte e dois minutos, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde, deu-se início, em terceira convocação, a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite com a presença do Presidente da CIB, senhor Francisco Melquiades Neto e demais membros: **SESAU**: Robson José da Silva/ Diretor de Gestão e Educação em Saúde; Maria Gleyd B. C. Silva/ Diretora de Atenção Especializada; Éder Silveira Barbosa/ Diretor de Assistência Farmacêutica; Maria Luiza Salazar Freire/ Coordenadora de Desenvolvimento e Políticas da Saúde, Hernane Faria Monteiro/ Diretor de Convênios e Fundos, Valéria Silva Paranaguá/ Superintendente de Atenção e Promoção à Saúde; Ruth Mercês Paranaguá/Superintendente de Vigilância e Proteção à Saúde. **COSEMS**: Samuel Braga Bonilha/SMS de Palmas; Antonio Carlos Martins Simione/ SMS de Porto Nacional; José Henrique Marinho de Oliveira/ SMS de Gurupi e Manoel Pedro Castro de Pinho/SMS de Paraíso; José de Ribamar Ayres e Silva/SMS de São Miguel; Gardênia Barreira Alves Meira/SMS de Taguatinga; Emival Nunes da Fonseca/SMS de Guaraí. O Presidente, após verificar a existência de quórum e paridade, divulgou a pauta da reunião e deu início à reunião como segue: **ITEM 1 - Pactuação e Aprovação da Pauta**: A secretária executiva da CIB, senhora Neuma Pereira dos Santos fez a leitura dos itens solicitados na pauta da reunião que contém: 03 Pontos de Pactuação e Aprovação, 01 Ponto para Apresentação e Homologação e 01 Ponto para Apresentação e Esclarecimento. Tendo os seguintes pontos para inclusão na pauta: Itens 06 e 07 e tendo ainda o item 4.1 para exclusão. Ressalta que todos os itens foram previamente discutidos conforme critério estabelecido para as Reuniões Prévias da CIB. O Presidente colocou a pauta em votação para a plenária da CIB que aprovou com as referidas inclusões e a explanação dos informes para o final da reunião. **ITEM 2 - Pactuação e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 19 de Agosto de 2010**: Item aprovado pela plenária. **ITEM 3 - Pactuação e Aprovação para a distribuição do incremento dos recursos destinados ao custeio da Terapia Renal Substitutiva – TRS (Nefrologia), conforme Portaria GM/MS Nº. 2.909 de 21 de Setembro de 2010**: A expositora, Gerente de Núcleo da Diretoria de Controle Regulação, Avaliação e Auditoria, senhora Simone Rios Luz, expôs a proposta mencionada acima para a plenária. Item aprovado pela plenária. **Pontos de Pauta para Apresentação e Homologação**: **ITEM 4 - Homologação das seguintes propostas: Projetos de Construção da**

33 Unidade Básica de Saúde, referente à 2ª etapa do processo, atendendo aos critérios da Portaria
34 2.226/2009 e Incentivo Financeiro para fortalecimento das ações de Vigilância Sanitária/VISA na
35 Região da Amazônia Legal:

36 A expositora, SMS de Tocantinópolis, senhora Mª da Conceição
37 M. Farias de Rego solicitou exclusão da primeira proposta que trata dos Projetos de
38 Construção da Unidade Básica de Saúde, referente à 2ª etapa do processo, atendendo aos
39 critérios da Portaria 2.226/2009 e expôs a segunda proposta mencionada acima para a
40 plenária a Sra. Ruth Paranaguá esclarece que a descentralização das ações de vigilância
41 incluídas as ações de Vigilância Sanitária ainda estão acontecendo, mas a Vigilância
42 Sanitária na grande maioria dos municípios ainda carece de estrutura física que, em alguns
43 casos possui apenas o agente, para abrigar as ações de Vigilância, então, a Agência
44 Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA resolveu no ano passado, reforçar esse apoio à
45 descentralização liberando recursos para que os municípios fizessem projetos, Sra Ruth
46 ainda incentiva que os municípios sigam o exemplo de Tocantinópolis, pois, a Vigilância
47 Sanitária é de muita relevância para o município. O Sr. Nilton comenta que o incentivo para a
48 Amazônia Legal foi de aproximadamente R\$ 7.000.000,00 e para o Estado do Tocantins
49 ficou cerca de R\$ 516.000,00 e que por receberem pouca informação os municípios estão
50 tendo dificuldades na construção de seus projetos. Retomando a fala Sra. Mª da Conceição
51 comenta que também elaborou o projeto às escuras. O Sr. Nilton Vale informa que o
52 COSEMS deseja pactuar que os municípios que apresentaram os projetos para a Vigilância
53 Sanitária/VISA nas mesmas condições de Tocantinópolis, não precisem fazer uma
54 apresentação minuciosa, bastando apenas protocolar na CIB um ofício informando que
55 encaminhou projetos. Item homologado pela plenária. O Sr. Iúri Vieira Aguiar SMS de
56 Ananás informa que possui um item de pauta acerca do mesmo assunto que acabou de ser
57 apresentado e por este motivo solicita antecipá-lo. **Pontos de Pauta para Apresentação e**

58 Esclarecimentos: ITEM 5 - Apresentação e Esclarecimento sobre o Protocolo de Cooperação
59 entre Entes Públicos:

60 O expositor, SMS de Palmas, Sr. Samuel Braga Bonilha expôs o item
61 mencionado acima para plenária. Informa que houve a prestação de contas, no dia 30 de
62 setembro pela SESA, e que o município não concordou com o relatório apresentado pelo
63 Estado, e sugere que a prestação de contas seja enviada ao Tribunal de Contas da União
64 para Auditoria. E expõe que foi a pedido da Sra. Valéria Paranaguá que a Secretaria
Municipal de Saúde de Palmas veio prestar esclarecimento com relação ao valor financeiro
de R\$ 300.000,00 que foram negociados com o município, mas, antes de justificar este valor

65 de R\$ 300.00,00 apresento os seguintes questionamentos: sobre alguns exames de média e
66 alta complexidade realizadas nas unidades hospitalares e que não estão sendo
67 disponibilizadas para o município de Palmas pela regulação do Estado; cirurgias eletivas
68 pactuadas em 2010 que não foram realizadas; o gasto com profissionais de responsabilidade
69 da SESAU; a falta de alguns profissionais (cardiologista, dermatologia, endocrinologia); a
70 UPA que também pactuado com Estado em junho de 2009, o estado não repassou o recurso
71 para o custeio da mesma; e a farmácia básica que desde janeiro de 2010 o Estado não
72 cumpriu com os recursos. Os valores pactuados e não cumpridos são no valor total de R\$
73 2.056.424,47. A Sra. Valéria Silva Paranaguá/ Superintendente de Atenção e Promoção à
74 Saúde, após solicitar ao Presidente da plenária esclarece que a Secretaria de Estado da
75 Saúde do Tocantins ao assinar o Pacto de Gestão, o Estado assumiu todas as Gerências
76 Hospitalares. Porém, os municípios de Palmas e Gurupi estão habilitados na Norma
77 Operacional Básica/NOB de 2002 que tem co-responsabilidade com o Estado. Informa que a
78 SESAU tem rotina anual de prestação de contas na Auditoria. Ressalta que no Termo entre
79 Entes Públicos, explica que a SESAU teria o recurso a ser repassado, e o estado também
80 investiria com recurso do tesouro, e que também, no termo de cooperação técnica teria que
81 prestar conta desse valor. Esclarece ainda quanto a "consulta" mencionada no relatório.
82 Informa que o Estado paga ao Centro de Consultas Especializadas de Palmas CCEP com
83 recurso do tesouro estadual da Fonte 100 conforme foi passado no relatório para Dr: Samuel.
84 Dados do SIAFEN, que é o sistema contábil do Estado, em relação às cirurgias eletivas. O
85 Hospital Geral de Palmas tem 97% e o Hospital Dona Regina 87% de taxa de ocupação.
86 Houve a necessidade de ampliar o Hospital Dona Regina para o Hospital Infantil, as cirurgias
87 estão sendo feitas, mas ao invés de passar pela regulação do estado, os pacientes estão
88 entrando no Pronto Socorro dos hospitais e fazem a cirurgia. O Sr. Francisco Melquíades
89 Neto /Secretaria Estadual de Saúde esclarece que as cirurgias eletivas, infelizmente, estão
90 sendo registradas como urgência nos hospitais. A Sra. Valéria expõe quanto à produção
91 quantitativa, números estão sendo subestimados em alguns procedimentos ambulatoriais
92 que não estão sendo registrados devido ao mal faturamento dos hospitais, ou seja, recebem
93 menos do que realizam. Em relação aos profissionais, a SESAU cumpre todos os seus
94 compromissos que são publicados no Diário Oficial. Em relação às UPAS, a Portaria do
95 Ministério da Saúde saiu depois do PPA de 2010, o jurídico está avaliando, e após
96 publicação de convênios, a SESAU irá pagar. E sobre a USA, o recurso não estava previsto,
97 mas a SESAU está providenciando os convênios para repassar os recursos. Em relação à

Assistência Farmacêutica a SESAU está pagando o que deve e, devido a Portaria do Estado, a SESAU não permite reconhecer dívida de um ano para outro. E estamos avaliando para efetuarmos o pagamento das dívidas até final do ano. A Sra. Valéria se coloca às ordens do município para maiores esclarecimentos sobre o relatório. **Pontos de Inclusão para Apresentação e Homologação: ITEM 6 - Homologar a seguinte proposta para o município de Ananás: Projetos de Construção de Unidade Básica de Saúde I, no Bairro Chapadinha II e no Povoado São João do Araguaia, atendendo aos critérios da Portaria 2.226/2009:** O SMS de Ananás, Sr. Iúri Vieira Aguiar solicita que o item seja homologado e justifica que a Unidade no Bairro Chapadinha II além da construção terá um desmembramento. Item homologado pela plenária. **ITEM 7 - Homologar a Ratificação da Ordem de Serviço da Construção da Unidade Básica de Saúde no Setor Vila Aliança, Município de Araguaína:** A secretária executiva da CIB, Sra. Neuma informa que Dr. Eduardo Medrado esteve na Reunião Prévia da CIB, e solicitou que o item seja homologado. Item homologado pela plenária. **Pontos de Pauta para Informes: A. Informe sobre o Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins:** Exposto pelo Vice-Presidente do COSEMS, Sr. Nilton Vale Cavalcante pergunta aos membros da Comissão de Reestruturação da CIB/TO presentes, se os mesmos concordam em permanecer após o término desta reunião para discutirem acerca do Regimento Interno da CIB/TO, ficando concordado e firmado. **B. Informe sobre a Vacina de Cultivo Celula:** Exposto pela Superintendente de Vigilância e Promoção à Saúde, Sra. Ruth Mercês L. N. Paranaguá. Informa que a vacinação anti-rábica foi suspensa e esse ano foi utilizado a vacina de cultivo celular, que no Estado de São Paulo tinha apresentado quadros graves de reação adversa e ao todo no Brasil houve 214 óbitos de cães e gatos. No Tocantins aconteceram vários eventos adversos, porém, nenhum de forma grave, mas o Ministério da Saúde achou por bem suspender a vacinação canina e por enquanto a área está em *stand by*, mas não orientou que fossem recolhidos os estoques de vacinas dos municípios e a área está aguardando a definição do prosseguimento, ou não, da campanha com essa vacina, sendo que se a determinação do Ministério for que as vacinas sejam recolhidas, o Estado irá recolher, mas que provavelmente não acontecerá vacinação com outra vacina este ano, ficando para o início do próximo ano. Senhor Francisco Melquíades Neto agradece a colaboração de todos e do COSEMS pelo apoio, declarou encerrada a reunião às quinze horas e dezesseis minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que

129 depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente, e pelos demais membros
130 presentes nesta reunião.

Maria Riza Fezzer Freire

Mylva

Sim

Regina

Henri

Altamirano

Matheus

Roberto

Vanessa

Ed.

Amend. Fum. de Fum.

Samuel Braga Zanatta

Amilly

Guilherme